



Conceitos Básicos e
Definições

Economia do Trabalho p/ AFT

Profs. Jetro Coutinho e Paulo Ferreira

Sumário

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO	3
COMO ESTE CURSO ESTÁ ORGANIZADO	6
ECONOMIA DO TRABALHO: CONCEITOS BÁSICOS E DEFINIÇÕES	8
AH, A ECONOMIA!	8
ECONOMIA DO TRABALHO	13
<i>População pesquisada e definição de trabalho</i>	13
<i>Conceitos Populacionais</i>	15
<i>Indicadores do mercado de trabalho</i>	17
<i>Conceitos Adicionais: Mercado de Trabalho formal e Informal e Rotatividade de mão-de-obra</i>	19
QUESTÕES COMENTADAS PELOS PROFESSORES	20
LISTA DE QUESTÕES	25
GABARITO	27
RESUMO DIRECIONADO	28

Apresentação



Fala aê, povo! Tudo beleza com vocês?

Aqui quem vos fala (ou escreve, sei lá! hahaha) é **Jetro Coutinho**, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, aprovado aos 22 anos de idade, e um fanático pela matéria que estudaremos aqui no curso: a Economia.

Além de ser Auditor do TCU e Prof. de Economia e Finanças Públicas, também costumo ser bacharel em Administração pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Direito Financeiro e Tributário e pós-graduado em Direito Administrativo. Como concursado lascado que eu era, estudava que nem um maluco e, com muito esforço, consegui a minha primeira aprovação como Técnico do Banco Central no concurso de 2009. Depois de muito estudo e de 2 anos e meio trabalhando no BACEN, eu fui aprovado em dois concursos "só o ouro": Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional – Área Econômico-Financeira (2013) e no concurso para o qual eu nasci: Auditor do TCU. Ai, acabou que eu nem assumi no Tesouro Nacional, porque eu queria mesmo era ir para o TCU. E assim, com a 13ª colocação em um dos concursos mais concorridos e disputados em todo o Brasil (tem mais de 20 matérias o edital da bagaça!), eu tomei posse no TCU, aos 22 anos de idade.

Adicionalmente, também dou aulas de Contabilidade Pública, aguardando oportunidades para ministrar essa matéria.

Agora, passo a palavra para o meu brother, Professor Paulo Ferreira.



Olá, tudo bem? Me chamo **Paulo Ferreira**. Seja muito bem-vindo ao Direção Concursos. Junto do Jetro, sou responsável pelas disciplinas de Economia e Finanças Públicas aqui no site.

Sou economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2013), bacharel em ciências contábeis pela faculdade CNEC (2018) e especialista em Finanças Públicas também pela UFRGS (2017). Desde setembro de 2017, ocupo o cargo de **Auditor do Estado, da Contadoria e Auditoria do Estado – CAGE-RS**. Antes disso ocupei por dois anos o cargo de Economista na Prefeitura de Gravataí/RS, minha cidade natal.

Entre 2013 e 2014, também fui aprovado dentro do número de vagas previstas no edital nos concursos para economista do IPERGS, do IRGA e da Secretaria da Saúde, todos na Administração Estadual. Em 2015, passei a comentar questões para o site TEC Concursos, onde tenho mais de 5.000 questões comentadas, sendo mais de 4.000 de Economia e Finanças Públicas.

É com muito entusiasmo que passo a transferir a você essa experiência adquirida nos últimos anos. Estou certo de que aliar toda esta bagagem em **resolução de questões à incrível didática** do Jetro fará com que você tenha o **melhor** curso de Economia do mercado

Opa, Jetro na área novamente!

Agora que a gente já se conhece, vamos falar da tal da Economia. Meu primeiro contato com Economia foi na faculdade, numa matéria chamada "Introdução à Economia", mais conhecida como "INTECO" ou, na minha opinião, "o diabo na terra". Cara, como eu odiei aquela matéria! Kkkkkk

Acredito que esse "ódio" inicial se deu porque, em princípio, a matéria de Economia é um pouco contra intuitiva. Ou seja, algumas coisas só fazem sentido depois de muito estudo. E, como eu não entendia muita coisa, não gostava da matéria. Óbvio, né? É bem difícil você gostar de alguma coisa na qual não é bom...

Só que eu acabei curtindo, e curto até hoje, a parte mais financeira da Administração (investimentos, trading, etc). E aí, para quem gostava desses assuntos, era fundamental que eu conhecesse a fundo a Economia. Bom, depois de deixar o mimimi e a experiência ruim com a matéria de lado, resolvi sentar a bunda na cadeira e estudar. Depois de um tempinho, a ficha caiu! Eu finalmente comecei não só a entender os conceitos, mas a aplicá-los na vida! E, finalmente, comecei a entender o William Bonner no Jornal Nacional, quando ele falava que o PIB do Brasil cresceu x% e a Balança Comercial teve superávit.

Gostei tanto da matéria que acabei sendo aprovado para o Tesouro Nacional justamente na área de... ECONOMIA! Uashuahashau

Portanto, em nossa matéria, quero te pedir o seguinte: tente aprender não só para a prova, mas para a vida! E tente enxergar como os conceitos econômicos funcionam no seu dia-a-dia.

É uma matéria super apaixonante e com certeza você vai gostar muito!

Mas também preciso mandar a real. O primeiro contato com Economia nem sempre é o melhor possível. Isso acontece porque Economia não é que nem Direito Constitucional ou Direito Administrativo, matérias mais simples, as quais você estuda, vai para as questões e acerta um monte delas.

Em Economia, o aprendizado é um pouco mais lento, mais gradual, e você vai precisar de mais maturidade nos estudos para conseguir ter um bom desempenho. Ou seja, controle as expectativas, os resultados com certeza virão, mas vai demorar um pouco mais do que você está acostumado, ok?

O lado bom é que você está aqui conosco, Jetro Coutinho e Paulo Ferreira, os melhores professores de Economia do Brasil (Auto-estima não é problema pra gente, fala aí! kkkkk). Mas falando sério, toda a nossa experiência em preparação para concursos e os milhares de alunos aprovados pelo país nos permitem desmistificar essa complicação toda e mastigar os conceitos para você.

Por isso é que ajudamos concurseiros de todo o Brasil que tem dificuldade na matéria ou que simplesmente precisam de um material que explique as coisas de uma forma diferente, sabe? Sem aquele blá-blá-bla e toda aquela linguagem formal que dá sono pra caramba.

Mas por melhores professores que sejamos (e sempre nos esforçamos muito para melhorar), não conseguiremos fazer você aprender Economia sozinhos. Afinal, precisamos muito do seu comprometimento e dedicação.

Costumamos dizer que 50% é nossa responsabilidade e 50% é sua. Prometemos que daremos 148,67% dos nossos 50%. E você? Está disposto a se dedicar no mesmo montante? Do que você está disposto a abrir mão para conquistar o seu sonho?

Infelizmente, passar em concurso não é para todo mundo, mas APENAS para aqueles que se dedicam e se comprometem a só parar quando chegarem lá.

Se você faz parte deste segundo grupo de pessoas, seja muito bem vindo(a) ao **Direção Concursos**, um lugar que torna os sonhos dos concurseiros em realidade.

Quanto ao curso, garantimos que este material não será mais um cursinho, será a sua maior chance de **aprovação**. Prometemos que, além de estudarmos bastante e nos dedicarmos aos concursos, também brincaremos e nos divertiremos muito (isto é, se você achar graça das nossas piadas! A esposa do Jetro sempre diz que elas não têm graça nenhuma, mas eu acho que ela gosta, sim. Afinal, ela topou casar com ele, haha!). E quem sabe podemos até virar bons amigos.

Neste material você terá:

Curso completo em VÍDEO

teoria e exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Curso completo escrito (PDF)

teoria e MAIS exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Fórum de dúvidas

para você sanar suas dúvidas DIRETAMENTE conosco sempre que precisar

Você nunca estudou Economia para concursos? Não tem problema, este curso também te atende. Nós veremos toda a teoria que você precisa e resolveremos centenas de exercícios para que você possa praticar bastante cada aspecto estudado. Nossa recomendação, nestes casos, é que você comece lendo o PDF e reforce os conceitos pelas videoaulas. E fique à vontade para nos procurar no fórum de dúvidas sempre que for necessário.

Caso você queira tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso ou conhecer mais o nosso trabalho, basta entrar em contato conosco pelas redes sociais:



Jetro Coutinho



Paulo Roberto Nunes Ferreira



Jetro Coutinho



Jetro Coutinho

Como este curso está organizado

Neste curso nós veremos EXATAMENTE o que foi exigido pela banca **Cespe** no último edital do AFT. Infelizmente, a matéria de **Economia do Trabalho** não tem muitas questões, pois não é muito cobrada (inclusive, não temos conhecimento de outro concurso, além do AFT, que cobre essa disciplina). Mesmo assim, tentaremos suprir essas deficiências, elaborando questões próprias, quando necessário. Por causa da peculiaridade de só ser cobrada para AFT, nossa matéria tem tópicos bem específicos (e que, infelizmente, não poderão ser aproveitados para outro concurso no qual caia Economia). Olhe só os tópicos cobrados:

Concurso AFT – cargo Auditor do Trabalho - banca Cespe

Disciplina: Economia do Trabalho

Conteúdo AFT: 1 Economia do trabalho. 1.1 Conceitos básicos e definições. 1.2 População e força de trabalho. 1.3 População economicamente ativa e sua composição: empregados, subempregos e desempregados. 1.4 Rotatividade da Mão-de-obra. 1.5 Indicadores do mercado de trabalho. 1.6 Mercado de trabalho formal e informal. 2 O mercado de trabalho. 2.2 Oferta de trabalho: a decisão de trabalhar e a opção renda x lazer, a curva de oferta de trabalho, elasticidades da oferta. 2 O mercado de trabalho. 2.1 Demanda por trabalho: o modelo competitivo e modelos não competitivos, as decisões de emprego das empresas, custos não salariais, elasticidades da demanda. 2.3 O equilíbrio no mercado de trabalho. 3 Os diferenciais de salário. 3.1 Diferenciação compensatória. 3.2 Capital Humano: educação e treinamento. 3.3 Discriminação no mercado de trabalho. 3.4 Segmentação no mercado de trabalho. 4 Desemprego. 4.1 A taxa natural de desemprego. 4.2 Tipos de desemprego e suas causas. 4.3 Salário eficiência e modelos de procura de emprego. 5 Instituições e mercado de trabalho. 5.1 A intervenção governamental: política salarial e políticas de emprego. 5.2 Assistência ao desemprego. 5.3 Modelos tradicionais sobre o papel dos sindicatos e modelo de preferência salarial. 5.4 Sindicato: monopólio bilateral e monopsonio. 6 O mercado de trabalho no Brasil.

Para cobrir este edital integralmente, o nosso curso está organizado da seguinte forma:

Aula	Data	Conteúdo do edital
00	18/6/2019	1 Economia do trabalho. 1.1 Conceitos básicos e definições. 1.2 População e força de trabalho. 1.3 População economicamente ativa e sua composição: empregados, subempregos e desempregados. 1.4 Rotatividade da Mão-de-obra. 1.5 Indicadores do mercado de trabalho. 1.6 Mercado de trabalho formal e informal.
01	16/7/2019	2 O mercado de trabalho. 2.2 Oferta de trabalho: a decisão de trabalhar e a opção renda x lazer, a curva de oferta de trabalho, elasticidades da oferta.
02	30/7/2019	2 O mercado de trabalho. 2.1 Demanda por trabalho: o modelo competitivo e modelos não competitivos, as decisões de emprego das empresas, custos não salariais, elasticidades da demanda.
03	19/8/2019	2.3 O equilíbrio no mercado de trabalho.

04	23/8/2019	Teste de Direção
05	10/9/2019	3 Os diferenciais de salário. 3.1 Diferenciação compensatória. 3.2 Capital Humano: educação e treinamento. 3.3 Discriminação no mercado de trabalho. 3.4 Segmentação no mercado de trabalho.
06	24/9/2019	4 Desemprego. 4.1 A taxa natural de desemprego. 4.2 Tipos de desemprego e suas causas. 4.3 Salário eficiência e modelos de procura de emprego.
07	27/9/2019	Teste de Direção
08	8/10/2019	5 Instituições e mercado de trabalho. 5.1 A intervenção governamental: política salarial e políticas de emprego. 5.2 Assistência ao desemprego. 5.3 Modelos tradicionais sobre o papel dos sindicatos e modelo de preferência salarial. 5.4 Sindicato: monopólio bilateral e monopólio.
09	22/10/2019	6 O mercado de trabalho no Brasil.
10	25/10/2019	Teste de Direção

Que tal já iniciarmos o nosso estudo AGORA? Separamos um conteúdo muito útil para você nesta aula demonstrativa. Trata-se deste ponto aqui do edital do AFT:

Economia do Trabalho: Conceitos Básicos e Definições

Simbora?

Economia do Trabalho: Conceitos Básicos e Definições

Ah, a Economia!

Imagine que você está entrando em um supermercado para fazer compras. Há milhares de produtos diferentes à sua disposição. No entanto, você não compra tudo o que está disponível no mercado. **Você faz escolhas.**

Você, sei lá, prioriza a compra de arroz, feijão e carne e deixa de comprar massas e biscoitos (~~bolacha~~ não existe). Ou faz justamente o contrário! Prioriza a compra de massas e biscoitos e deixa arroz, feijão e carne pra lá.

Da mesma forma, sua casa ou apartamento não estica, tem um **espaço limitado**. Se você comprar coisas demais, vai ter que escolher algumas para doar, jogar fora, fazer um *garage sale* ou mesmo vender na OLX de forma a liberar espaço.

E o que dizer do salário? Com certeza não dá para comprar tudo o que queremos com ele¹. Hoje, você tem algumas coisas que gostaria de comprar, mas não as compra, pois, dado o salário, precisa **priorizar** outras coisas.

Quando você passar no concurso dos seus sonhos, não ache que você vai conseguir comprar tudo o que precisa. Você vai querer mais e mais coisas, algumas delas bem mais caras do que você está acostumado agora. E, portanto, seu salário vai continuar sendo insuficiente para atender às suas demandas.²

Esses exemplos ilustram o problema fundamental da Economia. O problema que diz **que você não pode ter tudo o que quer**. Dizendo a mesma coisa de forma diferente, podemos dizer que **as necessidades humanas são infinitas ou ilimitadas**. Isto porque o ser humano nunca está satisfeito com o que possui e sempre deseja mais coisas. Está sempre querendo uma casa bonita em algum lugar, trocar de carro, viajar mais, etc.

Se por um lado as necessidades humanas são ilimitadas, os **recursos** que a sociedade tem para fabricar bens e serviços para suprir essas necessidades **são limitados**. Ou seja, da mesma forma que você, consumidor, não consegue comprar tudo o que deseja, o empresário que oferece os produtos para você também não consegue vender para você tudo o que ele quer. Afinal, ele também tem limitações! Ele tem um restaurante que gostaria de vender 500 refeições por dia, mas a cozinha dele só permite que ele forneça 250. O vendedor gostaria de vender 50 carros por mês, mas ele só tem estoque de 30. Uma firma de advogados gostaria de atuar em 1000 processos, mas com a equipe atual eles só conseguem dar conta de 700.

¹ Aliás, temos certeza que essa é uma das razões pelas quais você está estudando para concurso: aumentar a sua renda!

² Eu, Jetro, lembro de quando eu era adolescente e namorava com Ana (minha atual esposa). Íamos ao cinema com 10 reais. Era 2 reais para a passagem de ida do ônibus, 2 reais para a passagem de volta e 4,50 para a meia entrada no cinema. O dia que sobrava um dinheiro a mais para comprar uma casquinha no McDonald's era o paraíso! Hoje, a gente vai no cinema e se não gastar 100 reais na pipoca com manteiga do cinema lá, não valeu a pena. Vai entender!

Ou seja, infelizmente, a sociedade não tem todos os recursos que precisa para atender às necessidades humanas. A quantidade de trabalhadores, máquinas e equipamentos utilizados para fornecer bens e serviços para as pessoas não é suficiente para atender às necessidades.

Temos, portanto, um problema! **Enquanto as necessidades são ilimitadas, os recursos são limitados.**

Isso significa, então, que há **escassez**, ou seja, não conseguimos produzir tudo o que necessitamos. E, se não conseguimos produzir tudo o que necessitamos, vamos precisar **escolher** o que vamos produzir.

Da mesma forma, um consumidor não consegue comprar tudo o que necessita, pois há escassez. E, se há escassez, ele vai ter que **priorizar** o que vai comprar.

A Economia é a ciência que tenta dar uma resposta para esse problema. Ela vai estudar qual seria o melhor jeito de satisfazer a mais necessidades humanas com os recursos limitados que temos. Ou seja, ela é uma ciência que estuda como utilizar os recursos escassos para atender às necessidades humanas ilimitadas.

Ela vai nos dar parâmetros e critérios para que priorizemos determinadas coisas e deixemos outras de lado. Ela vai nos dar direções para que usemos os recursos escassos com eficiência e racionalidade, pois, se os recursos são limitados, não podemos desperdiçá-los, certo? A Economia vai nos ajudar a atender o máximo de necessidades possíveis, considerando as limitações na produção que temos. Em resumo, ela vai nos ajudar a atacar da melhor forma possível o **problema da escassez**.

Precisamos te falar, no entanto, que escassez é diferente de pobreza. Pobreza significa a falta daquilo que é estritamente necessário para sobreviver. Ou seja, ser pobre é ser carente de bens e serviços essenciais. Já a escassez significa ter mais desejos do que formas de satisfazê-los.

Quaisquer sociedades, mesmo as mais ricas, enfrentam o problema da escassez. Eles também não conseguem atender a todas as suas necessidades, pois tem desejos ilimitados que não conseguem ser atendidos pelos bens e serviços disponíveis. Portanto, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Pobreza é diferente de escassez, ok?

Escassez: Situação que retrata necessidades ilimitadas, mas recursos limitados.

Sabendo que temos escassez, temos que produzir os bens e serviços da melhor forma possível, ok! A Economia é justamente a ciência que estuda qual a melhor forma de produzir considerando os recursos escassos que temos. Ou seja, a Economia se preocupa com o processo produtivo e em como alocarmos os recursos de forma a produzir de forma eficiente.

Mas do que precisamos para produzir?

O sistema econômico envolve diferentes agentes (chamados de agentes econômicos) e atividades que se interligam. O propósito dessas atividades é produzir e um dos principais agentes econômicos é a empresa, pois é ela quem produz bens e serviços.

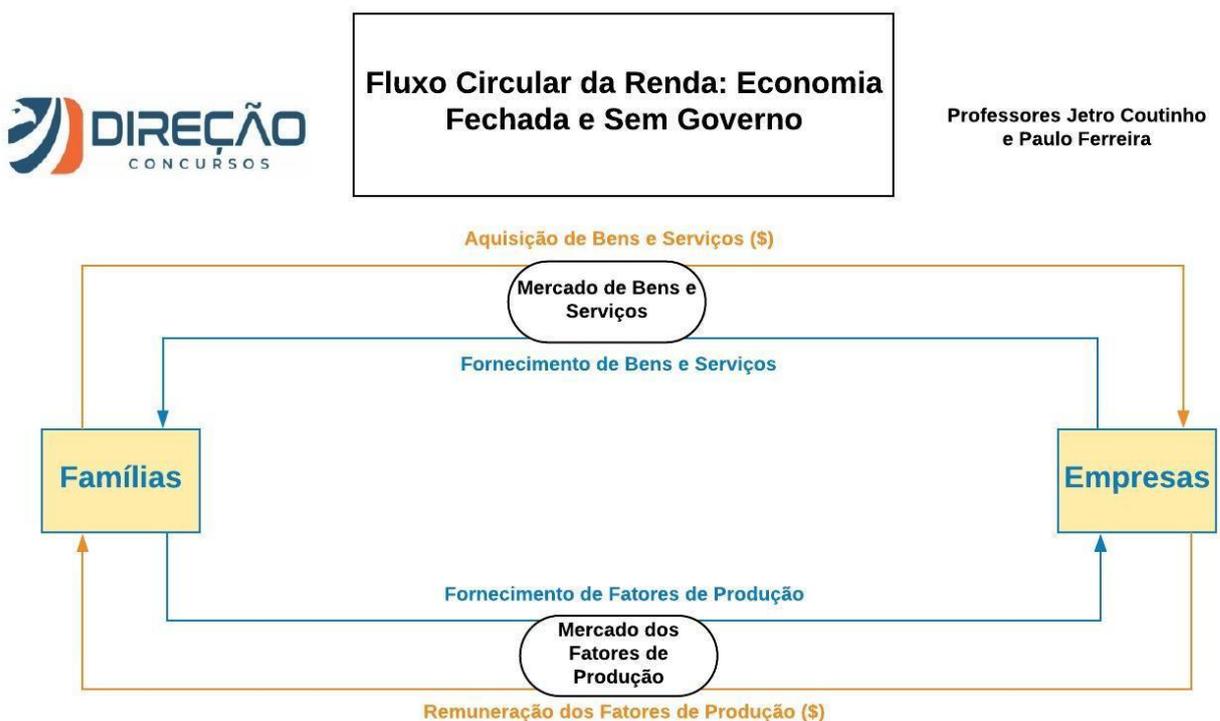
Bom, a produção fará com que a empresa tenha bens/serviços para transacionar no mercado (ofertar/vender). No entanto, para produzir, a empresa precisará de fatores de produção, precisará de capital (máquinas/equipamentos) e também de mão de obra (os trabalhadores).

Para produzir, então, a empresa deverá pagar uma remuneração a um fator de produção. Se for o fator de produção Terra, a empresa pagará um aluguel. O aluguel, portanto, é a remuneração do fator de produção Terra. Se a empresa quiser usar o fator de produção capital, deverá pagar juros. Juros, então, são a remuneração do fator de produção capital. E se a empresa quiser usar o fator de produção trabalho, deverá pagar o salário, remuneração deste fator de capital. Ficou faltando a renda da própria empresa, os lucros, que serão obtidos quando a empresa conseguir vender sua produção no mercado.

Quando o trabalhador vender sua mão de obra para a empresa, ele receberá o salário. E esse salário (sua renda) será usado para comprar e consumir outros bens e serviços. Ou seja, com base na produção realizada pelo trabalhador, há uma troca: a empresa fica com a produção gerada e o trabalhador com a renda de seu salário.

Portanto, com a venda de seu produto, a empresa receberá renda, mas deverá pagar o salário do trabalhador (renda do trabalhador). Já o trabalhador irá ofertar sua mão de obra e contribuir para a produção da empresa, mas em troca receberá a remuneração do seu fator de produção trabalho (salário).

Repare que o montante produzido deverá ser igual à renda gerada, pois, para produzir, a empresa precisa pagar a remuneração dos fatores de produção (juros, salários, aluguéis) e, quando vender sua produção, a empresa obterá renda própria, os lucros.

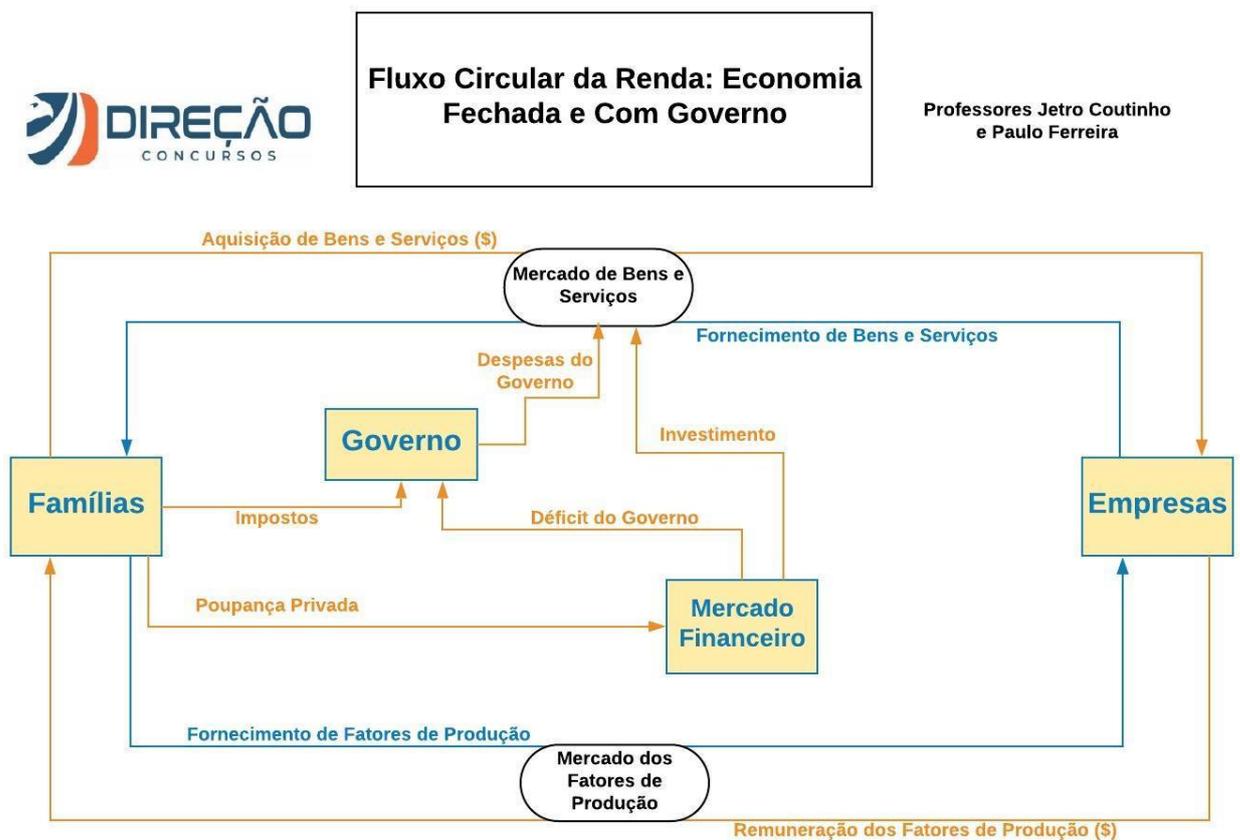


Agora, na vida real, sabemos que não é bem assim, pois há um agente econômico importante além das empresas e das famílias: o governo. O que vimos até agora é o que aconteceria se tivéssemos uma economia sem governo.

Caso nós acrescentássemos o governo, teríamos uma outra configuração. Isto porque o governo também exerce um papel na economia.

Por exemplo, as famílias, que recebem sua renda do trabalho, gastarão uma parte dela com o consumo de bens e serviços, ok, mas outra parte será gasta com o pagamento de impostos ao governo. Já o governo, por sua vez, também possuirá gastos (com servidores públicos, com computadores, com prédios, etc) e, para isso, também irá despender seus recursos no mercado de bens e serviços.

Se supusermos que as famílias também poupam uma parte de sua renda, elas farão isso por meio do mercado financeiro (comprando a ação de uma empresa, por exemplo). O mercado financeiro pegará as poupanças das famílias e investirá no mercado de bens e serviços para que as empresas possam produzir ainda mais, de forma a beneficiar toda a economia, gerando mais lucro para as empresas, mais renda para as famílias, mais impostos para o governo, mais poupança das famílias, mais investimentos, o que gera mais receita para as empresas e aí o ciclo virtuoso começa novamente.



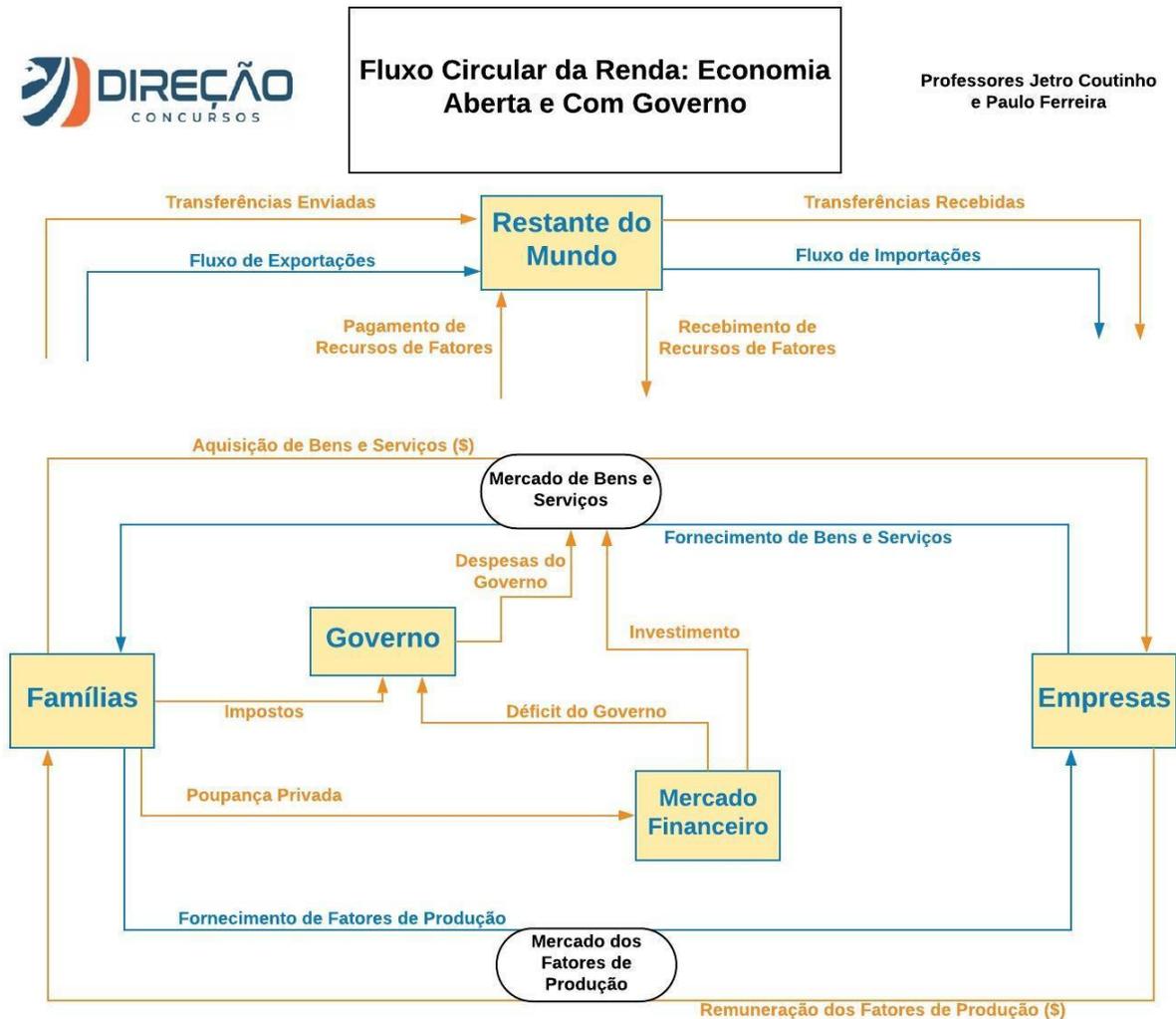
Mas podemos aproximar essa ideia ainda mais da realidade. O que vimos até agora é uma economia fechada e com governo. Mas nenhum país é isolado do mundo. Os países são abertos³, isto é, fazem transações com outros países (outros países aqui recebem o nome na Economia de "resto do mundo"⁴).

³ Uns em maior grau, outros em menor grau.

⁴ Comédia, né? Mas é assim mesmo: se um país em questão fizer transações com outros países, dizemos que esse país fez transações com o resto do mundo.

As empresas exportam parte de sua produção e importam máquinas, equipamentos, matérias-primas... As famílias também importam bens e serviços⁵ e empresas de outros lugares do mundo podem contratar trabalhadores aqui, transferindo a renda de seus países de origem para o Brasil, por exemplo. Além disso, caso um país esteja passando necessidade, pode-se enviar ajudar humanitárias para esses países, na forma de doações (donativos).

Quando temos uma economia aberta e com governo, seu fluxo circular de renda ficaria assim:



A ideia do fluxo circular de renda é ver como os agentes econômicos (famílias, empresas, governo e resto do mundo) interagem entre si e verificar como a renda na economia “gira”. Tudo isso com um único objetivo: produzir de forma eficiente para utilizar os recursos escassos de forma a atender o maior número de necessidades humanas.

⁵ O Kindle do Jetro é importado, por exemplo. Ficou mais barato importar do que comprar em uma loja aqui no Brasil.

Economia do Trabalho

Vimos no tópico passado que o trabalho é um fator de produção, isto é, é uma das coisas necessárias para produzir. E, para se engajar no processo produtivo, o trabalhador recebe uma renda, o salário, para vender o seu fator de produção. Ou seja, todos nós, trabalhadores, somos, no fundo, vendedores. Vendedores de quê? Vendedores do nosso fator de produção: o trabalho.

A Economia do Trabalho é o ramo da Economia que estuda como se dá o funcionamento e a dinâmica do mercado de trabalho assalariado. A Economia do Trabalho verifica como é determinado o salário, como é a relação econômica entre empregado e empregador, quais fatores que influenciam o mercado de trabalho, etc.

No entanto, para que possamos estudar a fundo o mercado de trabalho, precisamos, primeiro, saber algumas definições e conceitos que são aplicados no Brasil. Estas definições e conceitos são publicados pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que faz diversos estudos acerca do mercado de trabalho no Brasil.

Esses estudos do IBGE ajudam a prover dados e informações do País, para que possamos conhecê-lo melhor. Uma das áreas que o IBGE estuda é justamente o mercado de trabalho. Essas informações podem ajudar empregados, empregadores e governo a tomarem melhores decisões acerca do mercado de trabalho.

O IBGE possuía uma pesquisa que era denominada Pesquisa de Empregos Mensal (PME). No entanto, esta pesquisa foi encerrada em 2016.

Atualmente, o IBGE apenas trabalha com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que tem como objetivo produzir indicadores para acompanhar os dados relativos à força de trabalho no país.

A PNAD Contínua é feita com abrangência nacional, com uma amostra de mais de 3500 municípios. Ela é publicada mensal, trimestral e anualmente, com vários dados relacionados ao mercado de trabalho brasileiro. A diferença principal da PNAD para a PME é que a nova, **a PNAD, é mais abrangente**. A PME restringia-se apenas a 6 regiões metropolitanas.

Vamos, então, estudar quais são as definições e conceitos que o IBGE utiliza em sua pesquisa.

População pesquisada e definição de trabalho

Por certo que o IBGE não pesquisa toda a população do Brasil. Até porque, como a ideia da PNAD Contínua é estudar a força de trabalho no Brasil, não é todo mundo que está em idade de trabalhar.

O IBGE, então, investiga apenas **as pessoas que tenham 14 anos ou mais de idade**. Esta idade (a partir dos 14 anos) é considerada **idade ativa**, pois é a idade considerada pelo IBGE a partir da qual poderia haver trabalho.

Idade ativa: pessoa que tem 14 anos ou mais de idade.

O IBGE considera que uma pessoa trabalha quando, além de estar em idade ativa, ela tem ocupação econômica, isto é, está "ocupada" em algum processo produtivo.

Essa ocupação pode ser quando a pessoa é empregada, trabalha por conta própria, é um empregador ou mesmo se não for remunerada. Ou seja, temos 4 formas de ocupação, que são:

- **Empregados:** aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.
- **Conta Própria:** aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- **Empregadores:** aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- **Não Remunerados:** aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica ou como aprendiz/estagiário.

Na maior parte das vezes, a ocupação econômica é remunerada monetariamente, ou seja, o empregado recebe salário. Mas pode ser também que o empregado seja remunerado de forma não monetária, quando ele recebe um produto, uma mercadoria ou benefícios (como moradia, alimentação ou treinamento), por exemplo. Ou seja, se uma pessoa trabalha e recebe como "pagamento" uma cesta básica, isto é considerado remuneração para o IBGE.

Enfim, é considerada ocupação econômica remunerada tanto a remuneração em dinheiro quanto de outras formas.

Para falar bem a verdade, o IBGE também **considera como ocupada a pessoa que não tem remuneração.**

Imagine, por exemplo, que uma esposa abra uma empresa de alimentos por conta própria e o marido trabalhe juntamente com ela no empreendimento, mas sem receber salário. Neste caso, o IBGE considera que o marido é ocupado economicamente, apesar de não ter remuneração. O IBGE, é claro, tem um nome "bonito" para isso, é: trabalho remunerado em ajuda a membro da unidade domiciliar (família) que era conta própria ou empregador.

Ou seja, para o IBGE, o trabalho pode ou não gerar remuneração.

Portanto, trabalho, na definição do IBGE, é a **ocupação econômica remunerada** em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias (como mercadorias ou benefícios) ou a **ocupação econômica sem remuneração**, exercida por pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica (conta própria, empregador ou empregado) ou como aprendiz ou estagiário.

Vamos que nem a piadinha já batida do Jack Stripador: por partes, para facilitar a compreensão do conceito.

Bom, uma pessoa pode ter, então, ocupação econômica remunerada ou não remunerada (aprendizes e estagiários, estão dentro desse conceito). Para que seja considerada ocupação econômica, o IBGE considera que o trabalho tem que ser na produção de bens e serviços. Mas esse trabalho não pode ser feito para próprio consumo ou uso próprio.

Por isso, se eu for criar gado para comer bife ancho, isso não será considerado trabalho, pois é para consumo próprio. Se eu resolver vender a carne para um terceiro, aí, sim, será considerado trabalho.

Pessoas que trabalham em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo não são consideradas ocupadas para o IBGE e, portanto, não integram o conceito de trabalho.

Portanto, para o IBGE são consideradas: ocupação econômica (remunerada ou não), inclusive aprendizes e estagiários, desde que o trabalho não seja em entidades religiosas/benéficas/cooperativa e que os bens e serviços gerados não sejam para consumo ou uso próprio.

*Para o IBGE, é trabalho: **ocupação econômica remunerada** em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias (como mercadorias ou benefícios) ou a **ocupação econômica sem remuneração**, exercida por pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica (conta própria, empregador ou empregado) ou como aprendiz ou estagiário.*

Não é trabalho: ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativa (1) e trabalho na produção para consumo ou uso próprio (2).

Assim, estas são as pessoas consideradas ocupadas pelo IBGE. As pessoas desocupadas são todas as demais, que estão sem trabalho, que tomaram providência para conseguir trabalho (foram procurar emprego, mas não conseguiram), etc.

É importante conhecer o número de pessoas desocupadas, pois estas pessoas, apesar de ainda não estarem trabalhando, podem trabalhar, ou seja, tem o potencial de contribuir para o setor produtivo da economia.

Conceitos Populacionais

Uma das coisas que influencia a produção da Economia é justamente o tanto do fator de produção trabalho que existe em um país. De forma geral, quanto maior a população de um país, maior o seu potencial produtivo.

Por causa disso, entender os diversos conceitos populacionais podem ajudar a entender como o trabalho está classificado na Economia.

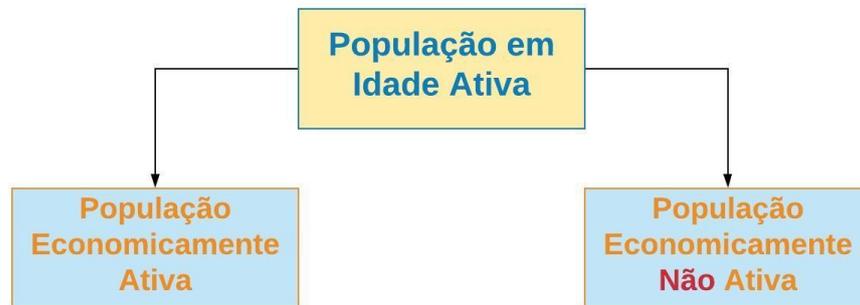
O primeiro conceito relevante é o de População em Idade Ativa (PIA) que engloba toda a população que tem mais do que 14 anos de idade.

Essa População em idade ativa se divide em duas: população economicamente ativa e população economicamente não ativa.



Conceitos Populacionais

Professores Jetro Coutinho e Paulo Ferreira



População em Idade Ativa A **População Economicamente Ativa (PEA)** nada mais é que a soma da população ocupada com a população desocupada ($PEA = PO + PD$). Por este conceito, o IBGE estabelece o potencial de mão-de-obra que o setor produtivo pode contar. Ou seja, a idéia é ver qual o potencial máximo que pode ser empregado para a produção.

Já a População Não Economicamente Ativa (PNEA) é a parte da população que, obviamente, não são economicamente ativas. As pessoas componentes da PNEA são pessoas incapacitadas para o trabalho (por portarem doença grave ou necessidade especial que a torne inapta para o trabalho), por exemplo. Também é o caso daquele sujeito que simplesmente não quer/não precisa trabalhar. Resumindo: é todo mundo que tem mais de 14 anos (idade ativa), mas não compõe a PEA.



Conceitos Populacionais

Professores Jetro Coutinho e Paulo Ferreira



Indicadores do mercado de trabalho

De posse dos conceitos acima, nós podemos estabelecer alguns indicadores. Estes indicadores nos ajudam a ter uma visão melhor sobre como está a situação da população do país.

Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade visam verificar quantos % da população tem o potencial para estar ativo no mercado de trabalho (neste caso, teremos a taxa de atividade) e quantos % estão inativos (taxa de inatividade).

A Taxa de atividade (TA) é dada por:

$$\text{Taxa de Atividade} = \frac{PEA}{PIA}$$

A idéia da TA é ver quantos % das pessoas em idade ativa (acima de 14 anos) estão com potencial de trabalho (fazem parte da população economicamente ativa).

Então, se População em Idade Ativa de um país for de 5.000.000 de pessoas e a população economicamente ativa for de 3.000.000 de pessoas, a taxa de atividade será:

$$\text{Taxa de Atividade} = \frac{PEA}{PIA} = \frac{3.000.000}{5.000.000} = 0,60 = 60\%$$

Ou seja, nesta situação, 60% da população em idade ativa está ocupada ou desocupada e, por isso, já está ou tem o potencial de estar no mercado de trabalho.

A Taxa de Inatividade (TI) é o contrário: considera a População Não Economicamente Ativa (PNEA). Olhe só:

$$\text{Taxa de Inatividade} = \frac{PNEA}{PIA}$$

No nosso exemplo, se a PIA é de 5.000.000 e a PEA é de 3.000.000, a PNEA será 2.000.000. Isto ocorre porque $PIA = PEA + PNEA$. Portanto:

$$\text{Taxa de Inatividade} = \frac{PNEA}{PIA} = \frac{2.000.000}{5.000.000} = 0,40 = 40\%$$

Podemos, então, estabelecer uma relação entre a TA e a TI, que é a seguinte:

$$TA = 1 - TI \text{ que é a mesma coisa que } TI = 1 - TA$$

No nosso exemplo, sabendo que a TI é 40% (0,4), a TA será:

$$TA = 1 - TI = 1 - 0,4 = 0,6 = 60\%$$

Indicadores de Ocupação

A População Economicamente Ativa (PEA) é formada pela população ocupada (PO) e pela população desocupada (PD), ou seja, $PEA = PO + PD$. Os indicadores de ocupação visam verificar quantos % da população está ocupada (neste caso, teremos o nível de ocupação) e quantos % estão desocupados (nível de desocupação).

O nível de ocupação (NO) é dado por:

$$\text{Nível de Ocupação} = \frac{PO}{PIA}$$

A idéia do NO é ver quantos % das pessoas em idade ativa (acima de 14 anos) estão ocupadas no mercado de trabalho. Portanto, o NO é um indicador mais específico.

Então, se População em Idade Ativa de um país for de 5.000.000 de pessoas, a PEA é de 3.000.000 e a população ocupada for de 2.500.000 de pessoas, o nível de ocupação será:

$$\text{Nível de Ocupação} = \frac{PO}{PIA} = \frac{2.500.000}{5.000.000} = 0,50 = 50\%$$

Ou seja, nesta situação, 50% da população em idade ativa está ocupada.

Já o Nível de Desocupação (ND) é o contrário: considera a População Desocupada (PD). Olhe só:

$$\text{Nível de Desocupação} = \frac{PD}{PIA}$$

No nosso exemplo, se a PIA é de 5.000.000. Como a PEA é de 3.000.000 e a PO é de 2.500.000, a PD será 500.000 (PEA = PO + PD, o que significa que PD = 5.000.000 – 2.500.000 = 500.000). Portanto:

$$\text{Nível de Desocupação} = \frac{PD}{PIA} = \frac{500.000}{5.000.000} = 0,10 = 10\%$$

Indicadores de Emprego

Os indicadores que vimos até agora consideram no denominador (parte de baixo da fração) a População em Idade Ativa (PIA). Os indicadores de emprego consideram no denominador a População Economicamente Ativa (PEA).

Os indicadores de emprego visam verificar quantos % da PEA estão ocupadas (Taxa de Emprego) e quantos % da PEA estão desocupadas (a famosa Taxa de Desemprego).

A Taxa de Emprego (TE) é dada por:

$$\text{Taxa de Emprego} = \frac{PO}{PEA}$$

A idéia da TE é ver quantos % das pessoas economicamente ativas (soma das ocupadas + desocupadas) estão ocupadas (PO).

Então, se População Economicamente Ativa (PEA) de um país for de 3.000.000 de pessoas e a população ocupada for de 2.500.000 de pessoas, a taxa de atividade será:

$$\text{Taxa de Emprego} = \frac{PO}{PEA} = \frac{2.500.000}{3.000.000} = 0,83 = 83\%$$

Ou seja, nesta situação, 83% da população economicamente ativa está ocupada.

A Taxa de Desemprego (TD) é o contrário: considera a População Desocupada (PD). Olhe só:

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{PD}{PEA}$$

No nosso exemplo, se a PEA é de 3.000.000 e PO é 2.500.000, PD será igual a 500.000. Portanto:

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{PD}{PEA} = \frac{500.000}{3.000.000} = 0,17 = 17\%$$

A taxa de Desemprego é o indicador mais importante. No entanto, é necessário que você não confunda a Taxa de Desemprego (PD/PEA) com ao Nível de Desocupação (PD/PIA)

Não confunda a Taxa de Desemprego (PD/PEA) com ao Nível de Desocupação (PD/PIA)

Conceitos Adicionais: Mercado de Trabalho formal e Informal e Rotatividade de mão-de-obra

O **Mercado de Trabalho Formal** é o trabalho realizado com carteira assinada. Se o trabalhador estiver formalizado, a ele é assegurado os direitos trabalhistas (como férias, 13º salário, etc).

Já o **Mercado de trabalho informal** é representado pelo trabalhador que não tem carteira assinada e, por isso, não tem assegurados os direitos trabalhistas.

Já a **Rotatividade de mão-de-obra** ocorre quando o trabalhador é substituído, isto é, quando há uma demissão de um trabalhador e uma contratação de outro logo em seguida. Note que não é todo desligamento de um trabalho que gera um problema de rotatividade: apenas aqueles que são seguidos de uma nova contratação. Da mesma forma, uma admissão realizada em uma nova vaga de emprego criada não configura rotatividade. Ou seja, a rotatividade acontece quando os postos de trabalho estão, literalmente, "rodando".

Voltaremos a falar sobre estes conceitos ao longo do curso. Por hora, é necessário que você apenas aprenda os conceitos.

Ah! E não estranhe o baixo número de questões. Colocamos todas aquelas que tratam dos conceitos desta aula aplicadas pelo CESPE nos últimos 10 anos. É que as bancas cobram pouca coisa de economia do trabalho nas provas de economia para outros concursos. No seu concurso, no entanto, essas questões com certeza virão, tá certo?!

Por hoje é só! Ufa! Vamos fazer as questões agora! Ah, não deixe de dar uma olhada no Resumo Direcionado, lá no final, ok?

Profs. Jetro Coutinho e Paulo Ferreira

Questões comentadas pelos professores

1. CESPE – IRB – 2016)

Em decorrência da metodologia utilizada pelo IBGE, é possível que haja diminuição do número de desocupados durante conjuntura econômica recessiva.

RESOLUÇÃO:

Uma conjuntura econômica recessiva é um cenário onde a economia não cresce e há crise. Neste cenário, as empresas não conseguem vender seus produtos e, por isso, demitem os funcionários. Já os funcionários, demitidos, ficam sem renda. Sem renda os funcionários não conseguem prover suas famílias com produtos básicos e deixam de consumir, fazendo com que as empresas não vendam, o que agrava ainda mais a crise, criando um círculo vicioso.

Portanto, uma conjuntura econômica recessiva pode ter momentos de maior e de menor desemprego.

Ou seja, o aumento do número de desocupados não se dá de forma sempre crescente (nem sempre aumenta).

Outra coisa importante: lembre-se que para ser considerado desocupada, a pessoa precisa ter procurado emprego recentemente, pois só as pessoas que tomaram providência efetiva e não encontraram emprego são consideradas desocupadas.

Então, temos o seguinte também: num quadro de recessão significativa, se a pessoa simplesmente desistiu de procurar emprego, já não será considerada desocupada.

Resposta: C

2. CESPE – IRB – 2016)

Uma das principais diferenças entre a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) — pesquisas periódicas sobre mercado de trabalho no Brasil realizadas pelo IBGE — reside no fato de a PNAD-Contínua ser mais abrangente do ponto de vista geográfico que a PME.

RESOLUÇÃO:

Correto!

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) restringia-se às Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) é bem mais ampla.

É aplicada em 20 Regiões Metropolitanas.

Resposta: C

3. CESPE – TCE/PA – 2016)

A taxa de atividade é apurada pela relação entre a população economicamente ativa (PEA), na qual se incluem a população ocupada e a população desocupada, e a população em idade ativa (PIA).

RESOLUÇÃO:

Perfeito!

Nunca esqueça: não podemos confundir taxa de emprego (ou de desemprego) e de atividade.

A taxa de atividade é isso mesmo: é a razão entre a PEA e a PIA. Já a taxa de emprego é pessoas ocupadas sobre PEA.

Resposta: C

4. CESPE – TCE/PA – 2016)

Para se calcular a taxa de desemprego, é necessário precisar o quantitativo de desempregados no país, que é obtido pela diferença do número de pessoas empregadas pela população em idade ativa (PIA).

RESOLUÇÃO:

Errado!

Aqui já não importa a PIA, mas a PEA.

Ou seja, para calcular o desemprego, precisamos medir a razão entre o número de pessoas desempregadas e a População Economicamente Ativa, não precisamos da PIA.

Resposta: E

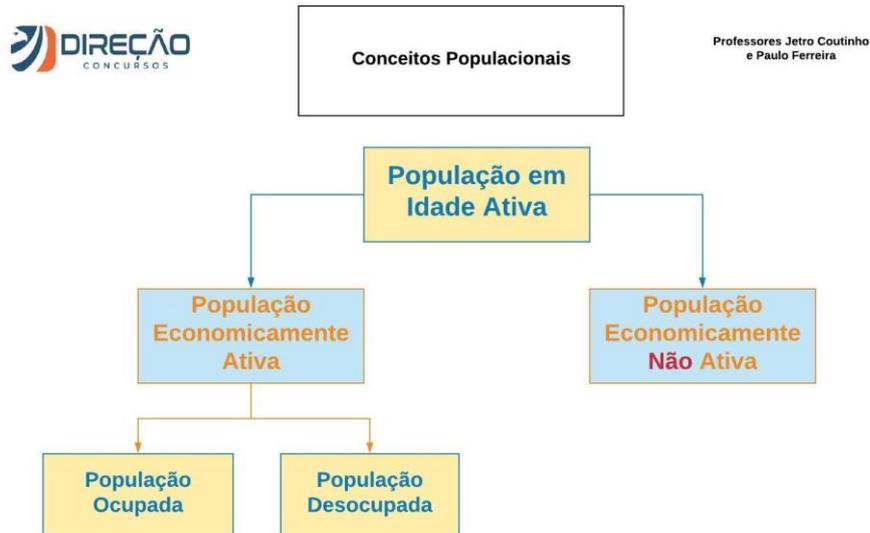
5. CESPE – MPOG – 2015)

Qualquer indivíduo em idade ativa que não trabalhe enquadra-se nas estatísticas de desemprego.

RESOLUÇÃO:

Não mesmo!

Lembre do nosso esquema:



Os desempregados são aqueles economicamente ativos que não estão ocupados.

Não basta estar em idade ativa.

Se a pessoa está em idade ativa, mas é economicamente NÃO ativa, então ela não se enquadra nas estatísticas de desemprego.

Resposta: E

Determinada economia apresenta os seguintes dados.

população total: 200 milhões de habitantes

população acima de 65 anos: 60 milhões de habitantes

população abaixo de 18 anos: 65 milhões de habitantes

população abaixo de 14 anos: 50 milhões de habitantes

população abaixo de 10 anos: 40 milhões de habitantes

população empregada: 70 milhões de habitantes

população fora do mercado de trabalho (desalentados): 20 milhões de habitantes

Considerando que a essa economia se aplique a mesma abordagem conceitual e metodológica adotada no Brasil, julgue os itens a seguir (6 e 7).

6. CESPE – MTE – 2013)

Não será enquadrado nas estatísticas de desemprego o indivíduo em idade ativa que estiver fora do mercado de trabalho.

RESOLUÇÃO:

É precisamente isso!

Se está fora do mercado de trabalho, o indivíduo é considerado economicamente não ativo.

Logo, não está enquadrado nas estatísticas de desemprego.

Lembre-se que a taxa de desemprego é a razão entre população desocupada e população economicamente ATIVA.

Ou seja, como consideramos a PEA no cálculo, estamos falando de uma razão DENTRO do mercado de trabalho, mesmo que a pessoa esteja desocupada. (e não quem está de fora)

Resposta: C

7. CESPE – MTE – 2013)

A população economicamente ativa, de acordo com a classificação do IBGE, é de 70 milhões de pessoas.

RESOLUÇÃO:

Errado!

A população empregada que é de 70 milhões.

Lembre que a PEA abrange tanto a população empregada quanto as pessoas desocupadas (as que estão procurando emprego, por exemplo).

Resposta: E

8. CESPE – STM – 2011)

Na estimação da taxa de desemprego oficial, são consideradas todas as pessoas em idade ativa que estão desempregadas em uma cidade, em um estado ou no país.

RESOLUÇÃO:

Note como a banca geralmente vai na direção de afirmar que desemprego está relacionado à população em idade ativa.

Nós sabemos que não!

O correto, seria escrever a assertiva assim:

“Na estimação da taxa de desemprego oficial, são consideradas todas as pessoas ECONOMICAMENTE ATIVAS que estão desempregadas em uma cidade, em um estado ou no país.”

Ou seja, a banca trocou PEA por PIA. E, por isso, a questão está errada.

Resposta: E

9. CESPE – STM – 2011)

O fato de um indivíduo estar em idade ativa e (ou) possuir capacidade para trabalhar não o caracteriza como indivíduo economicamente ativo.

RESOLUÇÃO:

Perfeito! Não o caracteriza mesmo!

Uma pessoa que tenha 25 anos, por exemplo, desempregada, mas que não tem intenção de buscar ocupação, não é considerado economicamente ativo.

Resposta: C



Lista de questões

1. CESPE – IRB – 2016)

Em decorrência da metodologia utilizada pelo IBGE, é possível que haja diminuição do número de desocupados durante conjuntura econômica recessiva.

2. CESPE – IRB – 2016)

Uma das principais diferenças entre a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) — pesquisas periódicas sobre mercado de trabalho no Brasil realizadas pelo IBGE — reside no fato de a PNAD-Contínua ser mais abrangente do ponto de vista geográfico que a PME.

3. CESPE – TCE/PA – 2016)

A taxa de atividade é apurada pela relação entre a população economicamente ativa (PEA), na qual se incluem a população ocupada e a população desocupada, e a população em idade ativa (PIA).

4. CESPE – TCE/PA – 2016)

Para se calcular a taxa de desemprego, é necessário precisar o quantitativo de desempregados no país, que é obtido pela diferença do número de pessoas empregadas pela população em idade ativa (PIA).

5. CESPE – MPOG – 2015)

Qualquer indivíduo em idade ativa que não trabalhe enquadra-se nas estatísticas de desemprego.

Determinada economia apresenta os seguintes dados.

população total: 200 milhões de habitantes

população acima de 65 anos: 60 milhões de habitantes

população abaixo de 18 anos: 65 milhões de habitantes

população abaixo de 14 anos: 50 milhões de habitantes

população abaixo de 10 anos: 40 milhões de habitantes

população empregada: 70 milhões de habitantes

população fora do mercado de trabalho (desalentados): 20 milhões de habitantes

Considerando que a essa economia se aplique a mesma abordagem conceitual e metodológica adotada no Brasil, julgue os itens a seguir (6 e 7).

6. CESPE – MTE – 2013)

Não será enquadrado nas estatísticas de desemprego o indivíduo em idade ativa que estiver fora do mercado de trabalho.

7. CESPE – MTE – 2013)

A população economicamente ativa, de acordo com a classificação do IBGE, é de 70 milhões de pessoas.

8. CESPE – STM – 2011)

Na estimação da taxa de desemprego oficial, são consideradas todas as pessoas em idade ativa que estão desempregadas em uma cidade, em um estado ou no país.

9. CESPE – STM – 2011)

O fato de um indivíduo estar em idade ativa e(ou) possuir capacidade para trabalhar não o caracteriza como indivíduo economicamente ativo.

Gabarito

1. C
2. C
3. C

4. E
5. E
6. C

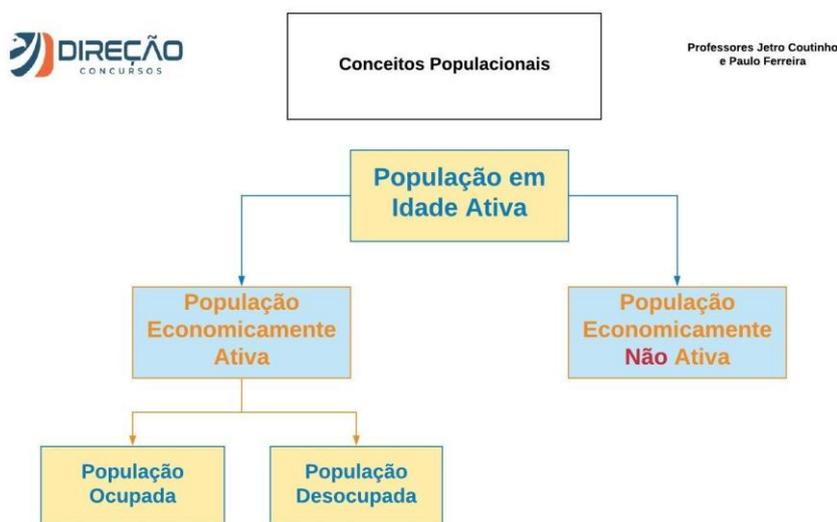
7. E
8. E
9. C



Resumo direcionado

ECONOMIA DO TRABALHO:

- A **Economia do Trabalho** é o ramo da Economia que estuda como se dá o funcionamento e a dinâmica do mercado de trabalho assalariado.
- **População em idade ativa:** pessoas que tenham 14 anos ou mais de idade.
- Para o IBGE, é trabalho: **ocupação econômica remunerada** em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias (como mercadorias ou benefícios) ou a **ocupação econômica sem remuneração**, exercida por pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica (conta própria, empregador ou empregado) ou como aprendiz ou estagiário.
- **Não é trabalho:** ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativa (1) e trabalho na produção para consumo ou uso próprio (2).
- **População Economicamente Ativa:** População Ocupada + População Desocupada



INDICADORES:

- De atividade: Taxa de Atividade = $\frac{PEA}{PIA}$ e Taxa de Intividade = $\frac{PNEA}{PIA}$
- De ocupação: Nível de Ocupação = $\frac{PO}{PIA}$ e Nível de Desocupação = $\frac{PD}{PIA}$
- De emprego: Taxa de Emprego = $\frac{PO}{PEA}$ e Taxa de Desemprego = $\frac{PD}{PEA}$

CONCEITOS ADICIONAIS:

- O **Mercado de Trabalho Formal** é o trabalho realizado com carteira assinada. Se o trabalhador estiver formalizado, a ele é assegurado os direitos trabalhistas (como férias, 13º salário, etc).
- Já o **Mercado de trabalho informal** é representado pelo trabalhador que não tem carteira assinada e, por isso, não tem assegurados os direitos trabalhistas.
- Já a **Rotatividade de mão-de-obra** ocorre quando o trabalhador é substituído, isto é, quando há uma demissão de um trabalhador e uma contratação de outro logo em seguida.

